

SAUSP.DOC

JULHO/AGOSTO DE 2017



Os arquivos universitários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): breve panorama

A história dos arquivos universitários das IFES remonta ao final da década de 1940, mais precisamente 1949, quando as Universidades passaram a ser federalizadas. Isso aconteceu primeiro com a Universidade de Minas Gerais, que passou a chamar-se Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Como o momento político e econômico era oportuno à época – havia verba e apoio legal –, a UFMG pôde ampliar o seu quadro de funcionários, passando a dispor de sete arquivistas.

Infelizmente, a partir da década de 1960, os arquivos universitários começaram a ser deixados de lado, a despeito da ampliação do sistema universitário nacional. Não havia preocupação com a gestão documental em termos sistêmicos (atividades meio e fim), que ficava a cargo de decisões particulares e específicas a cada instituição, a ponto de a Universidade Federal de Pernambuco chegar a extinguir o cargo de arquivista!

Em 1961, portanto em meio a esse processo, é criada a Universidade de Brasília que, em seu plane-

jamento, não menciona a implantação de um arquivo, mas sim de um centro de documentação voltado a acervos externos à Instituição.

Mesmo com as reformas administrativas ocorridas durante o Regime Militar (1964-1985), e até com a criação de cursos de graduação em Arquivologia em Universidades Federais em meados da década de 1970, a questão do estabelecimento de uma política de gestão documental é bem mais recente, só se concretizando em 1991, quando promulgada a Lei nº 8.159, conhecida como “Lei dos Arquivos”. A partir daí foi criado o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), colegiado vinculado ao Arquivo Nacional, e órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), regulamentado no âmbito da administração pública federal após uma década.

O CONARQ tem, como função precípua, definir a política nacional de arquivos públicos e privados, e exercer orientação normativa com vistas à gestão documental e à proteção dos documentos de arquivo, enquanto o SINAR tem, por finalidade, implementar a política de arquivos públicos e privados visando a gestão, a preservação e o acesso aos documentos.

Em 2003 surgiu o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da administração pública federal, o SIGA, que tem o Arquivo Nacional como órgão central.

O breve panorama aqui exposto denota a complexidade envolvida na implantação e na aplicação de políticas arquivísticas, sejam no âmbito universitário ou não. Neste sentido, partilhamos da opinião da pesquisadora Ana Celeste Indolfo (VENÂNCIO, 2014, p. 13) quando afirma que, se a construção de uma legislação arquivística tem exigido muitos esforços, a sua aplicação mostra-se tarefa complexa que requer uma harmonização envolvendo políticas, decisões, ações, programas e recursos, além da

conscientização dos diversos agentes do Estado e da sociedade.

Hoje novamente nos encontramos num momento de transição, com a introdução dos documentos nato-digitais nas rotinas organizacionais: cabe a nós, responsáveis pela gestão dos documentos administrativos, preservar, recuperar e disponibilizar as informações neles contidas para que pesquisas sejam realizadas e mesmo fomentadas, e sirvam de esclarecimento ao cidadão. Como afirma Lefèbvre apud Le Goff (2014, p. 489), “se dos fatos históricos não foram registrados documentos, ou gravados ou escritos, aqueles fatos perderam-se”.

Sabemos que essa tarefa que nos cabe é complexa e o quanto demanda conscientização das partes envolvidas, porém a memória de uma nação se constrói por meio de seus documentos, estejam eles em quaisquer suportes, e para sua preservação é imprescindível, é fato, a existência e a implantação de políticas arquivísticas.

Referências Bibliográficas:

LE GOFF, J. **História e memória**. 7. ed. rev. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014.

VENÂNCIO, R.; NASCIMENTO, A. (Org.) **Universidades & arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

Informe de eliminação e recolhimento de documentos

As Listas de Eliminação de Documentos 01/2017 e 02/2017 do Centro de Divulgação Científica e Cultural foram publicadas no Diário Oficial de 04 de agosto de 2017. Foram eliminados 4,20 metros lineares de documentos.

A Lista de Eliminação de Documentos 01/2017 da Faculdade de Ciências Farmacêuticas foi publicada no Diário Oficial de 10 de agosto de 2017. Foram eliminados 6,97 metros lineares de documentos.

A Lista de Eliminação de Documentos 01/2017 do Museu de Arte Contemporânea foi publicada no Diário Oficial de 8 de agosto de 2017. Foram eliminados 2,60 metros lineares de documentos.

No mês de agosto foram eliminados 13,77 metros lineares de documentos.

Créditos:

Texto: Bárbara Júlia M. Leitão

Prof^a. Dr^a. Johanna Smit

Lilian Miranda Bezerra

Diagramação: Bruno L. Teodoro